



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DA SERRA**  
**CEP – 38.805 – 000 ESTADO – DE MINAS GERAIS**  
**Rua Dr. Adolfo Portela n.º 202**  
**Santa Rosa da Serra - MG**

**Lei N.º 909/2013**

**CERTIDÃO**  
**CERTIFICO NOS TERMOS DO ARTIGO 174 DA LEI**  
**ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE STA ROSA DA SERRA**  
**A LEI 635/2001 E DECRETO 635/2011 QUE O PRESENTE**  
**DOCUMENTO FOI FIXADO NO QUADRO DE AVISOS DA**  
**PREFEITURA NO PERÍODO DE:**

**30 / 10 / 2013 A 31 / 10 / 2013**  
**STA ROSA DA SERRA 20 DE 10 DE 2013**

**MARIA APARECIDA SILVA**  
**MATRÍCULA 137**

*Autoriza os representantes da Fazenda Pública Municipal a celebrarem acordo em processo administrativo e transacionar em processos judiciais em que o Município de Santa Rosa da Serra suas autarquias e fundações públicas, forem interessados, autor, réu ou tiver interesse jurídico na qualidade de assistentes ou oponentes, dando outras providências."*

A Câmara Municipal de Santa Rosa da Serra / MG, por seus representantes legais aprovou e eu, Prefeita Municipal sanciono a seguinte Lei :

Art.1º- Ficam os representantes da Fazenda Pública Municipal autorizados a promoverem acordos judiciais e extrajudiciais em processos administrativos e judiciais em que o Município de Santa Rosa da Serra, suas autarquias e fundações públicas forem interessados ou partes na qualidade de autores, réus ou mesmo tiverem interesse jurídico na qualidade de assistentes ou oponentes, nos casos em que o objeto do processo versar sobre direitos disponíveis e de cunho meramente patrimonial, cujo valor da causa não exceda o valor de alçada dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, criados pela Lei Federal nº12.153 de dezembro de 2009.

Parágrafo único – Os débitos inscritos em dívida ativa poderão ser objeto de acordo no âmbito administrativo ou de transação em execução fiscal, nos termos e condições que a lei fixar, ainda que superiores ao limite indicado no *caput* deste artigo.

Art.2º - Não serão objeto de acordos em processos administrativos e judiciais;

I – as ações de mandado de segurança e por atos de improbidade administrativa;

II – os que envolvam pretensões que tenham como objeto bens imóveis do Município, autarquias e fundações públicas a eles vinculadas, salvo se as condições se mostrarem mais benéficas para o patrimônio público;

III – as causas que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos ou sanções disciplinares aplicadas a eles.

§ 1º - Nas fases administrativas e judicial dos processos de desapropriação e de divisão e demarcação poderão ser celebrados acordos e transações, desde que respeitados o interesse público primário, os princípios da economicidades, da justa indenização, da razoabilidade e da proporcionalidade, como forma de solução rápida dos conflitos.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DA SERRA**  
**CEP – 38.805 – 000 ESTADO – DE MINAS GERAIS**  
**Rua Dr. Adolfo Portela n.º 202**  
**Santa Rosa da Serra - MG**

§ 2º - Nas ações populares somente se admitirá transação nas hipótese em que seja possível à Administração Pública direta e Indireta reconhecer de plano o vício do ato que causou lesão ao patrimônio público, histórico, paisagístico. Ambiental e urbanístico, limitada a transação a anulação do referido ao que gerou o dano.

§ 3º - Quando a pretensão versar sobre obrigações vincendas, para fins de competência do juizado especial da Fazenda Pública, a soma de 12(doze) parcelas vincendas e de eventuais parcelas vencidas não poderá exceder o valor referido no *caput* do artigo 1º, desta Lei.

§ 4º - Os acordos firmados em sede de processos administrativos que envolvam pagamento em dinheiro dependerão de prévia dotação orçamentárias e serão precedidos de avaliações, laudos e/ou visórias realizadas pelos órgãos competentes da Administração Municipal.

§ 5º - Na impossibilidade de elaboração de laudos administrativos que determinem a expressão monetária da pretensão do administrado, poderão servir como elementos para embasar a proposta financeira do acordo:

I – orçamentos prévios apresentados pelo interessado, e ratificados e homologados pela Administração, por seus órgãos técnicos competentes de compras, licitações e patrimônio, considerando-se sempre a proposta mais vantajosa para o erário para servir de parâmetro para o acordo financeiro;


II – orçamentos elaborados pela própria administração, com base nos preços praticados no mercado, considerando-se sempre a proposta mais vantajosa para o erário para servir de parâmetro para o acordo financeiro.

Art. 3º - Salvo as hipótese expressamente vedadas em lei, os representantes da Fazenda Pública Municipal poderão desistir da ação proposta quando haja evidente e clara vantagem para o erário, observados os princípios da oportunidade e da conveniência administrativa e ainda os da moralidade, economicidade, razoabilidade e proporcionalidade.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta de recursos contemplados nas dotações orçamentárias próprias ou através de abertura de créditos adicionais, ficando desde já autorizado o Poder Executivo a abri-los no orçamento do procurador geral do Município, valendo-se para tanto da anulação parcial ou total de dotações e/ou do excesso de arrecadação.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Santa Rosa da Serra/MG, 30 de outubro de 2013.

  
**Cleide Maria Ferreira Rangel**  
Prefeita Municipal